

A. I. Nº - 294888.0028/01-0
AUTUADO - MARUSH MODAS LTDA.
AUTUANTE - ROMY SANTOS SILVA
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNET - 16.07.03

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0244/01-03

EMENTA: ICMS. CONTA “CAIXA”. SALDOS CREDORES. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A legislação autoriza a presunção de que o contribuinte efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas, sempre que a escrita do estabelecimento apresentar saldos credores de Caixa, a não ser que o contribuinte comprove a origem dos recursos. Refeitos os cálculos, para adaptar o lançamento à orientação do art. 19 da Lei nº 7.357/98, com a redação dada pela Lei nº 8.534/02, que manda abater do valor apurado o crédito presumido de 8% sobre as saídas consideradas (contribuinte do SimBahia). Excluídas parcelas indevidas. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/8/2001, acusa “Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor na conta Caixa”. ICMS exigido: R\$ 7.685,00. Multa: 70%.

O contribuinte defendeu-se suscitando preliminar de nulidade, alegando que não foi levado em conta que o seu estabelecimento está inscrito como microempresa. Alega que estaria havendo exigência de imposto em duplicidade.

A auditora responsável pelo procedimento prestou informação dizendo que até dezembro de 1998 essa empresa era enquadrada no regime normal de apuração do imposto, passando à condição de microempresa em janeiro de 1999. Ao fiscalizar a empresa, considerou que o roteiro mais indicado seria a auditoria de Caixa. Quanto ao fato de se tratar de microempresa, a auditora comenta que, no caso de dolo, fraude ou simulação o imposto é calculado de acordo com o regime normal de apuração.

Dada ciência da informação fiscal ao sujeito passivo, este ingressou com petição contestando as conclusões da auditora. Reitera os termos da defesa.

A Secretaria do CONSEF determinou que os cálculos fossem adaptados à Orientação Normativa nº 1/02 do Comitê Tributário. Em cumprimento à diligência, a auditora anexou as planilhas às fls. 409/422, sem nenhum comentário. Pelos seus cálculos, o débito passaria a ser de R\$ 7.354,96.

Foi determinada nova diligência pela 1ª Junta, para que a ASTEC refizesse os cálculos levando em conta a legislação vigente à época dos fatos. A diligência foi cumprida. Deu-se ciência ao sujeito passivo e ao fiscal autuante. Nenhum dos dois se manifestou.

VOTO

Está sendo cobrado ICMS por omissão de saídas de mercadorias apurada através de saldos credores na conta Caixa.

O contribuinte defendeu-se suscitando preliminar de nulidade, alegando que não foi levado em conta que o seu estabelecimento está inscrito como microempresa. Alega que estaria havendo exigência de imposto em duplicidade.

Foi determinada a realização de diligência pela Assessoria Técnica deste Conselho para que os cálculos fossem refeitos levando em conta a legislação vigente à época dos fatos.

O fiscal revisor demonstrou os valores devidos, mês a mês, relativamente aos exercícios de 1999 e 2000. A diligência foi feita consoante orientação desta Junta na diligência solicitada. Até outubro de 2000, o art. 408-L, V, do RICMS/97, na redação então vigente, não previa a apuração do imposto pelo regime normal na situação em exame nestes autos (saldos credores de Caixa). O citado dispositivo vigorava à época com a redação dada pela Alteração nº 15:

“Art. 408-L. Perderá o direito à adoção do tratamento tributário previsto no regime simplificado de apuração do ICMS (SimBahia) a empresa:

.....

V – que incorrer na prática de infrações de que tratam o inciso IV e a alínea “c” do inciso V do art. 915, a critério do Inspetor Fazendário;”

Observe-se que, no caso em exame, o fato é enquadrado no inciso III do art. 42 da Lei nº 7.014/96, que corresponde ao inciso III do art. 915 do RICMS. Sendo assim, até outubro de 2000, o cálculo do imposto deve ser feito de acordo com o critério previsto pelo regime do SimBahia.

A ASTEC elaborou demonstrativo considerando para o cálculo do ajuste tanto a receita declarada pelo sujeito passivo quanto a receita omitida que foi apurada na auditoria de Caixa, no período em que a empresa se encontrava inscrita no SimBahia, indicando, ao final, o imposto recolhido a menos, em razão de tal omissão. Observe-se que o imposto devido por microempresa é estipulado em valores fixos, previstos no art. 386-A do RICMS, de modo que, até outubro de 2000, só haveria imposto a ser pago nos meses em que, refeitos os cálculos, o contribuinte mudasse de uma “faixa” para outra superior. Como não houve mudança de faixa, a ASTEC informa que de janeiro de 1999 a outubro de 2000 não há imposto a ser lançado.

No tocante aos meses de novembro e dezembro de 2000, a ASTEC, seguindo a orientação desta Junta, calculou os valores com base na Orientação Normativa nº 1/02 do Comitê Tributário. No entanto, com o advento da Lei nº 8.534/02, há de prevalecer a orientação da lei. O art. 19 da Lei nº 7.357/98, com a redação dada pela Lei nº 8.534/02, manda que se abata do valor apurado o crédito presumido de 8% sobre as saídas omitidas, no caso de contribuinte do SimBahia.

Com base no demonstrativo à fl. 435, relativamente aos meses de novembro e dezembro de 2000, abatendo-se dos valores levantados os créditos fiscais correspondentes (8% sobre os valores das saídas omitidas), restam a serem pagas as quantias a seguir indicadas:

DATA OCORR.	DATA VENC.	B. CÁLC.	DÉBITO	CRÉDITO	ICMS DEVIDO
30/11/2000	09/12/2000	3.903,76	663,64	312,30	351,34
31/12/2000	09/01/2001	4.458,82	758,00	356,71	401,29
Soma					752,63

O demonstrativo do débito deverá ser feito com base nas seguintes indicações:

1. débito referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 1997: R\$ 189,63;
2. débito referente aos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, julho, setembro e outubro de 1998: R\$ 2.730,71;
3. débito referente aos meses de novembro e dezembro de 2000: R\$ 752,63;
4. total: R\$ 3.672,97.

Observo, por fim, que o Auto de Infração foi lavrado em nome de Marush Modas. A empresa defendeu-se identificando-se como Marush Modas Ltda. Nas Notas Fiscais acostadas aos autos, consta a denominação Rodrigues & Midlej Ltda. Na diligência, foi solicitado que fosse informada a verdadeira razão social da empresa. A ASTEC explicou que houve alteração da razão social de Rodrigues & Midlej Ltda. para Marush Modas Ltda.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **294888.0028/01-0**, lavrado contra **MARUSH MODAS LTDA.**, devendo o autuado ser intimado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 3.672,97**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 9 de julho de 2003.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

MÔNICA MARIA ROTERS – JULGADORA